

# IMPORTUNÂNCIA DO ORDENAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL E DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO EFICIENTES

**Autores:** Eng.º Francisco Manuel Vuia, MSc | [franciscovuia356@gmail.com](mailto:franciscovuia356@gmail.com) | Mestre em Engenharia Ambiental na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto | Licenciado em Química no ISCED do Uíge, (Universidade Agostinho Neto) | **Orcid Id:** 0009-0007-4063-6002

**Recebido:** Setembro, 2025 | **Aceite:** Outubro, 2025 | **Publicado:** Janeiro, 2026

## RESUMO

Estas pesquisas surgem como incentivo aos Executivos Angolano para o cumprimento da planificação do PND 2023-2027, pelo facto das dificuldades de habitabilidade, saneamento básico e socioeconómicas aumentarem, influenciando o êxodo populacional por incumprimento das políticas públicas, substanciado na falta de infraestruturas de apoio sociais, sobretudo melhoramento das vias de acesso. Esta temática representa um desafio ambiental e socioeconómico. Portanto, Angola tem criando políticas garantindo condições sociais às populações, a exemplo das centralidades construídas no país, infelizmente aproximadamente 10% da população vivem lá, outrossim, os preços são altos comparando ao salário mínimo nacional, razão pela qual, esta pesquisa surge para avaliar a situação de referência quanto ao cumprimento das políticas públicas ilustradas no PND 2023-2027 e propor uma estratégia técnica de

ordenamento urbanos sustentável, para melhorias socioeconómico e do saneamento básico, sugerindo construções de residências para arrendar, infraestruturas de apoio social e melhoramento das vias de acesso. Para se saber o ponto da situação realizou-se um inquérito online, onde 81 indivíduos responderam o questionário com sim, as questões seguintes: garantir autoconstrução dirigida e imóveis de arrendamento 98%; pagamento de taxa de saneamento 87%; pagamento de imposto predial 51%; responsabilidade do ordenamento urbano atribuída na Administração 100%; causas do desordenamento urbano, 85% atribuem Administração, 10% os sobas e 5% a população. Portanto, é necessário garantir o saneamento básico e construção de 1.053.828 habitações em todo território nacional até 2030, num valor unitário aproximadamente a 34.667,50 Dólares Americano por habitação.

**Palavras-chave:** Habitação, Ordenamento Urbano Sustentável, Saneamento Básico.

## ABSTRACT

This research emerges as an incentive for Angolan Executives to fulfill the PND 2023-2027 planning, due to the increasing difficulties in habitability, basic sanitation, and socioeconomics, influencing population exodus due to non-compliance with public policies, substantiated by the lack of social support infrastructure, especially the improvement of access roads. This theme represents an environmental and socio-economic challenge. Therefore, Angola has been creating policies to guarantee social conditions for its populations, such as the centralities built in the country, unfortunately approximately 10% of the population lives there, moreover, prices are high compared to the national minimum wage, which is why this research aims to evaluate the reference situation regarding the fulfillment of public policies illustrated in the PND 2023-2027 and pro-

pose a sustainable urban planning technical strategy for socioeconomic and basic sanitation improvements, suggesting the construction of rental housing, social support infrastructure, and improvement of access roads. To understand the current situation, an online survey was conducted, where 81 individuals answered "yes" to the following questions: guarantee directed self-construction and rental properties 98%; payment of sanitation fees 87%; payment of property tax 51%; responsibility for urban planning attributed to the Administration 100%; causes of urban disorder, 85% attribute it to the Administration, 10% to the sobas, and 5% to the population. Therefore, it is necessary to ensure basic sanitation and the construction of 1,053,828 homes throughout the national territory by 2030, at a unit value of approximately 34,667.50 US Dollars per home

**Keywords:** Housing, Sustainable Urban Planning, Basic Sanitation.

## INTRODUÇÃO

Para uma melhor gestão ambiental da cidade em Angola e crescimento económico, é necessário focar num Ordenamento Urbano sustentável, devendo assim considerar a necessidade de integrar a sustentabilidade ambiental com o desenvolvimento urbano, promovendo a eficiência dos recursos e a proteção do ambiente. O ordenamento urbano deve ser um catalisador para o crescimento económico, criando um ambiente propício para investimentos e desenvolvimento,

com foco na geração de empregos e na diversificação da economia, segundo o narrado no Plano de Desenvolvimento Nacional para 2023-2027 (PND 2023-2027), no que tange aos Impactos socioeconómico e sustentável (Decreto Presidencial, 225/23). Esta abordagem respalde um compromisso claro e objectivos, suportados em métricas pelas quais o PDN 2023-2027 será avaliado, tornando-o num Plano mais comprometido com a inclusão, de forma objectiva e transparente, com

esta cosmovisão, surgem a responsabilidade da actual pesquisa, levando a consciencialização de todas líderes e liderados, na tomada de decisão, compressão para a implementação e execução dos objectivos preconizados no PND 2023-2027, de forma a melhorar as condições de ordenamento urbanístico sustentáveis e socioeconómicos de todos Angolanos. Evitando o colapso e o incumprimento, garantindo confiança dos liderados aos líderes na execução das políticas traçadas e projectos.

Portanto, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023 - 2027) abre uma nova era na formulação de políticas públicas, com uma abordagem focada no impacto das acções (projectos e actividades de desenvolvimento) a serem implementadas nos próximos anos, e orientado para o fortalecimento na garantia dum saneamento básico adequado, ordenamento urbano sustentáveis com infraestruturas de apoio sociais e habitações para indivíduos de renda baixa.

## Problema

A inexistência dum Ordenamento Urbano Sustentável e da ineficiência dos Serviços de Saneamento básico em todas as cidades de Angola, tem contribuído na insustentabilidade urbana, precariedade do saneamento básico, nas construções desordenadas, e no baixo crescimento económico, causando um índice de subdesenvolvimento e pobreza extrema.

## Objectivos gerais

Com este trabalho, pretende-se avaliar a situação de referência sobre a Importância do Ordenamento Urbano Sustentável e do fornecimento de serviços de Saneamento Básico Eficiente as Populações Angolana e propor estratégias técnicas de sustentabilidade urbana e de Eficiência no saneamento básico.

### 1.1-Definições de Alguns Conceitos básicos

#### 1.1.1-Arquitetura e Urbanismo Sustentável

Arquitetura e urbanismo sustentáveis representam uma abordagem que busca criar espaços construídos e planeados urbanos de forma eco-

logicamente consciente, priorizando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida dos habitantes. Esta abordagem integra a construção e o planeamento urbano com práticas que minimizam impactos negativos, como o uso de materiais sustentáveis, a eficiência energética e a gestão de resíduos, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento e a natureza. (Posdigital, 2023)

#### 1.1.2-Ordenamento Urbano Sustentável

O Ordenamento Urbano Sustentável visa criar cidades que atendam às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações, integrando a preservação ambiental, a justiça social e a prosperidade económica. Ele busca um desenvolvimento urbano que seja equilibrado, eficiente e inclusivo, promovendo a qualidade de vida e o uso racional dos recursos naturais. Portanto, urbanismo sustentável defende a diversidade de usos e funções da infraestrutura das cidades em um tecido urbano denso e compacto, mas que respeite as características geográficas, socioambientais e culturais do espaço. O sentido de comunidade, a identidade cultural, a optimização energética e a preservação do meio ambiente devem ser o foco de todo projeto urbanístico. . (Posdigital, 2023)

#### 1.1.3-Saneamento Básico

O saneamento básico compreende um conjunto de serviços e infraestruturas que visam garantir a saúde pública e a preservação do meio ambiente, incluindo abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. Todavia, isto é fundamental para a qualidade de vida da população e para a sustentabilidade dos ecossistemas. (Guevara, Cesar, Abdala, & Kreski, 2019)

#### 1.1.4-Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental é um campo de estudo que visa compreender as interações homem-ambiente e aplicar a ciência com vista à resolução de problemas Ambientais (Neto, 2013), por esta razão, é necessário na implementação de qualquer projecto ao meio Ambiente a realização de Estudos Ambientais.

### 1.1.5-Saúde Pública e ou Comunitária

Tal como explica o Acheson, (1988), citado por Keller, (2013) definindo saúde pública, como a “ciência e a arte de prevenir a doença, prolongar a vida e promover a saúde por meio de esforços organizados da sociedade”. E segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é o “estado perfeito, bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doença citado por (KELLER, 2013)

### 1.1.6-Poluição

A poluição é a adição de elementos estranhos ao ar, água, solo ou alimentos, de tal forma e quantidades que prejudiquem a saúde, a capacidade de sobrevivência ou a actividade humana ou de qualquer outro ser vivo (Simões, Querós, & Simões, 1999). Portanto, o descarte inadequado de resíduos é capaz de colocar em risco e comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das actuais e futuras gerações (COSTA, 2009).

## 1.2-Análise da Situação de Referência

### 1.2.1-Habitação e Acesso as Cidades um interesse Sociocultural dos Angolanos

O êxodo populacional das aldeias a cidades, na procura de melhores condições de vida, passou a ser um interesse sociocultural dos Angolanos,

portanto, o aumento populacional nas cidades Angolanas, tem implicando grandes desafios para os planeadores urbanos desde o fim da guerra fria, que durou décadas. O aumento de novos habitantes nas cidades, resultou na falta de moradias para os grupos sociais de baixa renda (pobres e paupérrimos), causando as cidades como locais de desigualdades, sociais e económicas entre as classes sociais. Perante estas condições precárias e insalubres de habitação em centros urbanizados, por volta dos anos 2012 deu-se início às intervenções do Estado em prol a construção habitacional de interesse social, isto é, as Centralidades e bairros sociais em todas provinciais Figura 1.1, mas infelizmente, aproximadamente 10% da população tiveram acesso em função o número de apartamentos construídos. Portanto, segundo o Censo populacional de 2014, registou-se cerca de 1.026.123 indivíduos que viviam na casa de renda e alguns em condições precárias, necessitando de residências próprias. Este facto desencadeou os elementos de classe alta e média a construção de residências para fins de aluguer. Todavia, por falta de condições para alugar uma residência ou construir, levou os indivíduos mais pobres a ocupar áreas irregulares das cidades e da periferia fazendo a sua construção desordenada. Como mostra as Figuras 4.1



Figura 1.1-Infraestruturas Habitacional de modo Sustentável e Ordenada

### 1.2.2-Crescimento Económico

O crescimento económico refere-se ao aumento do nível de produção de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo. É um indicador fundamental para medir o progresso e o desenvolvimento de um país, influenciando o bem-estar da população. Em resumo, o crescimento económico é um processo complexo e multifacetado que envolve a produção de bens e serviços, o aumento da renda, a criação de empregos e a melhoria das condições de vida da população. É um indicador importante para avaliar o progresso e o desenvolvimento de um país e deve ser promovido por meio de políticas públicas e investimentos que incentivem a inovação, o investimento e a diversificação da economia. (FIA Business School, 2024). Porta com políticas de investimento público e com garantias um crescimento económico e da empregabilidade, poderá permitir que cada um cidadão com emprego, construa a sua própria residência nos projectos de autoconstrução dirigida, reduzindo o custo com a construção de residências a singulares.

### 1.2.3-Política Pública de sustentabilidades Urbana

O urbanismo sustentável tem como base o uso consciente e multifuncional das cidades por quem as habita. Os profissionais que defendem essa abordagem consideram a redução dos impactos ambientais, a mobilidade, a cultura local e a qualidade de vida das pessoas na elaboração dos projetos. A política pública de sustentabilidade requer um equilíbrio adequado entre o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e a justiça social. É crucial abordar essa questão de forma holística e integrada, por meio de ações coordenadas em níveis locais, nacionais e internacionais. Para operacionalizar esses ideais, uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou uma lista de 11 princípios do urbanismo sustentável. Eles servem como um norte para o trabalho de arquitetos, engenheiros e representantes do poder público que acreditam na responsabilidade socioambiental de empresas e governos. (Posdigital, 2023)

1. Centralizar nas pessoas, responsabilidade social e inclusão
2. Identidade cultural, valores e patrimônio, isto é, o planejamento urbano, devem respeitar a identidade e o patrimônio cultural dos lugares e edificações, bem como os valores culturais e as tradições das comunidades;
3. Eficiência de recursos e circularidade, isto é, cada cidade, infraestrutura urbana e edificação devem ser projetadas de forma a limitar o uso de energia, água, uso de materiais reciclagens, incentivo da produção de alimentos por meio de agricultura;
4. Segurança e saúde, isto é, cada cidade, infraestrutura urbana e edificação devem seguir padrões de qualidade reconhecidos internacionalmente, bem como padrões de segurança para trabalhadores e cidadãos, incluindo segurança contra incêndio e sistemas de mobilidade seguros e sustentáveis;
5. Respeito pela natureza e pelos sistemas e processos naturais, isto é, cada cidade, infraestrutura urbana e edificação devem ser projetadas de forma a limitar o impacto no ecossistema dos espaços circundantes, incluindo o respeito às plantas, aos animais e a outros organismos;
6. Neutralidade climática, isto é, as cidades, infraestruturas urbanas e edificações devem ser projetadas e requalificadas para minimizar a pegada climática, por meio de Adoção de soluções criativas que reduzam a poluição e o uso de energia verde;
7. Inteligência em relação às pessoas, isto é, as novas tecnologias devem ser usadas para melhorar as condições de habitação das pessoas, incluindo os mais desfavorecidos socialmente, além de reforçar a transparência e reduzir a corrupção.

8. Resiliência, durabilidade, funcionalidade e visão de futuro, isto é, o projeto urbano e arquitetónico deve apoiar soluções que tornem as casas, edificações e espaços urbanos resilientes a desastres naturais, em especial aqueles causados pelas mudanças climáticas, incluindo furacões, secas, incêndios, inundações e ventos fortes.

9. Acessibilidade, isto é, as cidades e as casas precisam ser acessíveis e financeiramente viáveis para todos os cidadãos. Governantes, empresas, arquitetos, urbanistas e engenheiros devem ter esse fator em mente ao projetar ambientes de alta qualidade que atendam às necessidades de todos os cidadãos;

10. Cooperação e rede interdisciplinar, isto é, as cidades e os espaços urbanos devem ser projetados para promover a coabitação, o envolvimento comunitário, a solidariedade e a coesão social, considerando as necessidades dos cidadãos de todas as raças, grupos étnicos, gêneros, culturas, habilidades e níveis de renda;

11. Engajamento, isto é, a realização de consultas e a participações das comunidades locais são essenciais para todo projeto urbano, incluindo os de pequena, média e grande escala, garante a responsabilidade às necessidades de todos os cidadãos e consolida a propriedade compartilhada das cidades do futuro.

1.2.4-Melhores Práticas de Ordenamento Urbano  
As melhores práticas de ordenamento urbano vi-

sam criar cidades mais justas, sustentáveis e resilientes, com foco na qualidade de vida dos cidadãos. Elas incluem planejamento estratégico, participação social, gestão ambiental e promoção da mobilidade sustentável, entre outros aspetos (Posdigital, 2023).

## CAPÍTULO 2- MATERIAIS E METODOLOGIAS

Caraterização Geográfica do local do Estudo

A pesquisa foi realizada por via online a partir do município sede da província do Uíge (Angola – Afrika).

Materiais utilizados durante a pesquisa

Durante a pesquisa foram utilizados materiais como, esferográficas, ficha de inquéritos, pendrive, computadores e impressora.

Metodologia usada no trabalho

A metodologia baseou-se na elaboração do questionário no google forms, a partir das plataformas digital, WhatsApp e Facebook, na revisão bibliográficas, que permitiu realizar o diagnóstico, sobre o assunto epigrafe, na observação física e de imagem do google, sobre precariedade do saneamento básico em angola. E para o rácio do número de habitação por construir em todo território nacional, realizou-se em função aos dados do Censo 2014, com uma taxa de crescimento populacional de 2,7% que nos permitiu dimensionarmos 1.053.828 até ao ano de 2030, em função a fórmula abaixo:

$$\text{Pop}_1 + (1 + \text{Tx.Cresc})^{\text{Ano2} - \text{Ano1}}$$

$$1026123 * (1 + 0,027)^{2030 - 2014}$$

E para saber o custo duma residência, fizemos o levantamento no mercado formar da cidade do Uíge, dos materiais de construções e seus devidos custos, para uma habitação T4, uma sala, cozinha e duas WC, totalizando 34.667,50 Dólares Americanos, simplesmente pelo facto do Kwanza não ser estável economicamente.

A amostra populacional não foi sintetizada de forma estratégica, mas sim, em função aos elementos que responderam com o nosso inquérito, totalizando apenas 81 indivíduos.

#### Enquadramento Jurídico

Decreto Presidencial 190/12 de 24 de Agosto – Regulamento Geral dos Resíduos

Lei do poluidor Pagador, Decreto nº 194/11 de 7 de Julho, sobre responsabilidade por danos Ambientais;

Lei nº 5/98 de 19 de Junho, lei de Base do Ambiente;

Decreto nº 117/20 de 22 de Abril, sobre AIA e Licenciamento;

Decreto Presidencial 160/14 de 18 de Junho, so-

bre Regulamento de Gestão de Resíduos Hospitalares e de Serviços de Saúde.

Dados definitivo do Censo 2014;

PND 2023 – 2027;

Lei n.º3/04 de 25 de Junho, lei do Ordenamento do Território e Urbanismo;

Decreto n.º2/06 de 23 de Janeiro, sobre Regulamento geral dos planos territoriais, urbanísticos e rurais;

Lei 9/04 de 9 de Novembro lei de Terras de Angola, sobre uso e ocupação do solo.

#### CAPÍTULO 3-RESULTADOS

##### 3.1-Necessidades Habitacional

Em função os resultados do Censo 2014, totalizou 1026123 indivíduos que viviam em residências arrendadas aos privados, adicionando uma taxa de crescimento de 2,7% até 2023, totaliza uma necessidade de 1 053 828 residências por construir, sendo os custos unitários de construção avaliados em 34.667,50 USA.

##### 3.2-Resultados dos Inquéritos Sobre a Pesquisa

Tabela 3.1-Resultados do Inquérito sobre Habitação

| Nº  | Questionários - I                                                                                                                                  | Sim           | Não   | Talves    | Total |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------|-----------|-------|
| 1.1 | Gostarias que o Estado Implementa-se um Sistema de Auto construção Dirigida e Construção de Imóveis para Arrendamento a Indivíduos de Baixa Renda? | 98            | 0     | 2         | 100   |
| 1.2 | Acetarias Pagar Uma Taxa de Saneamento?                                                                                                            | 87            | 13    | 0         | 100   |
| 1.3 | Acetarias Pagar Imposto Predial?                                                                                                                   | 51            | 39    | 10        | 100   |
| 1.4 | Se o Estado Construir Habitações Acetarias pagar pelo Imóvel ou Renda?                                                                             | 92            | 5     | 3         | 100   |
| 1.5 | Gostarias viver em condições de Ordenamento Urbano Sustentável e dum fornecimentos de Serviços de Saneamento Básico?                               | 100           | 0     | 0         | 100   |
| Nº  | Questionários - II                                                                                                                                 | Administração | Sobas | População | Total |
| 2.1 | Quem é o Responsável pelo Ordenamento Urbano?                                                                                                      | 100           | 0     | 0         | 100   |
| 2.2 | Quem é o Responsável pelo Desordenamento Urbano?                                                                                                   | 85            | 10    | 5         | 100   |

## CAPÍTULO 4- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCEPÇÃO DO PLANO

### 4.1-Identificação dos Problemas

Ocupação ilegal

Insuficiência habitacional

Construção desordenada

Insuficiências de infraestruturas de apoio social

Danos e poluição Ambiental;

Desequalidades socioeconómicas.

### 4.2-Impactos do Ordenamento e desordenamento urbano em Angola

Os principais impactos estão relacionados na construção desordenada, falta de espaços de lazeres, infraestrutura sociais com foco no saneamento básico e estradas de acesso, inexistência duma cultura ecologicamente consciente, priorizando a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida dos habitantes, o uso de materiais sustentáveis, a eficiência energética débil e de gestão de resíduos, a falta de equilíbrio entre o desenvolvimento e a natureza, descomprometimento das necessidades atuais em relação as futuras gera-

ções, integrando a justiça social e a prosperidade económica. Uso irracional dos recursos naturais, desrespeite as características geográficas, socio-ambientais e culturais das cidades. Razão pela qual é inadiável a concepção e incremento de Estratégia de Ordenamento Urbano Sustentável para Melhorar o Saneamento básico e crescimento económico do país. Para evitar os problemas ilustrados nas Figura 5 imagens tiradas do google. Segunda os inqueridos afirmaram que o maior motivador do êxodo populacional das aldeias para as cidades, está na base da falta de infraestruturas de apoio sociais em alguns municípios, sobretudo estradas, que ligam dos municípios para as sedes capitais das provincial e pelo menos também estradas de terraplenagens que ligam as aldeias ao município, permitindo o escoamento regular das mercadorias até aos maiores centros comerciais do país.

Portanto, a falta das condições básicas sociais, e de infraestruturas de apoio, dificulta também no pagamento e na arrecadação de impostos, porque muitos não têm o que contribui, estão a lutando na sobrevivência alimentar... Isto está a contribuir também no subdesenvolvimento económico.



Construção Desordenadas  
[redeangola.info](http://redeangola.info)  
[enegocios.co.ao/2022/12/30](http://enegocios.co.ao/2022/12/30)



Imagens de saneamento precário

**Fotos Artigos da Internet tiradas no Google.**

Figura 4.1-Construção Desordenada e Não Sustentável

#### 4.3-Plano Estratégico de Ordenamento Urbano Sustentável

##### 4.3.1-Políticas para Desenvolvimento e ordenamento urbano sustentável

Planeamento integrado: Promover a integração de diferentes setores, como habitação, transporte, infraestrutura e serviços, para garantir um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável, fundamentando em:

Construções de ETAs e ETRs ou Leitos de secagem;

Elaborações e planos municipais de gestão dos diferentes resíduos em função as realidades socio-culturais e económica de cada município;

Criar redes de transporte eficientes e acessíveis, reduzindo a dependência de veículos individuais e a poluição do ar;

Habitação acessível e de qualidade sustentável

Redução da pressão sobre a cidade

Melhoramento das vias de acesso, das aldeias aos municípios e destes as capitais de províncias e do país.

Recuperação de áreas degradadas

Melhoria do acesso aos serviços

Engajamento da sociedade civil

##### 4.3.2-Políticas de sustentabilidade ambiental

Gestão eficiente dos recursos

Proteção da biodiversidade

Redução da poluição

Saneamento Básico

Elaboração de Estudos Ambientais em todos projectos privados e Estatais.

##### 4.3.3-Política para Crescimento económico e geração de empregos:

Atração de investimentos;

Diversificação da economia

Geração de empregos

Ações conjuntas

Investimento em tecnologia.

##### 4.3.4-Estrutura estratégica de urbanismo sustentável

Segundo (Posdigital, 2023) considera 4 aspectos fundamentais numa estrutura estratégica de urbanismo sustentável.

Meio ambiente: garantir eficiência no uso dos recursos energéticos, sempre priorizando fontes renováveis de energia. Criar mecanismos tecnológicos que minimizem os impactos causados pela ocupação humana, considerando as características locais de clima, bioma e solo;

Mobilidade: planejar o traçado urbano com foco na caminhabilidade. Incentivar o uso de transporte coletivo de massas como metrô, ônibus e veículos compartilhados. Implantar sistemas que preveem congestionamentos e apontam para os usuários as melhores rotas, evitando assim, a concentração excessiva de veículos;

Qualidade de vida: colocar as pessoas como ponto central da cidade e não os carros. Fomentar programas habitacionais. Racionalizar espaços. Criar instrumentos urbanísticos que propiciem as relações humanas com o tecido urbano, a preservação da identidade cultural e a preservação do meio ambiente;

Interação governo/cidadão: engajar as pessoas no planeamento e nas tomadas de decisão, se tornando uma plataforma de projeção das políticas públicas.

##### 4.3.5- Plano de melhoramento Urbanístico

Revisão e Melhoramentos dos Planos Diretores, com o foco no melhoramento urbano;

Melhorias nas Infraestruturas, com foco no fornecimento de água potável e saneamento urbano e estradas;

Promoção de Habitações, garantir a autoconstrução dirigida e casa de arrendamento com preços adequados em função o salário mínimo nacional; Preservação Ambiental, garantindo a sustentabilidade a Ambiental e de lazer.

## Esquema Técnico de Ordenamento Urbano Sustentável e Económico

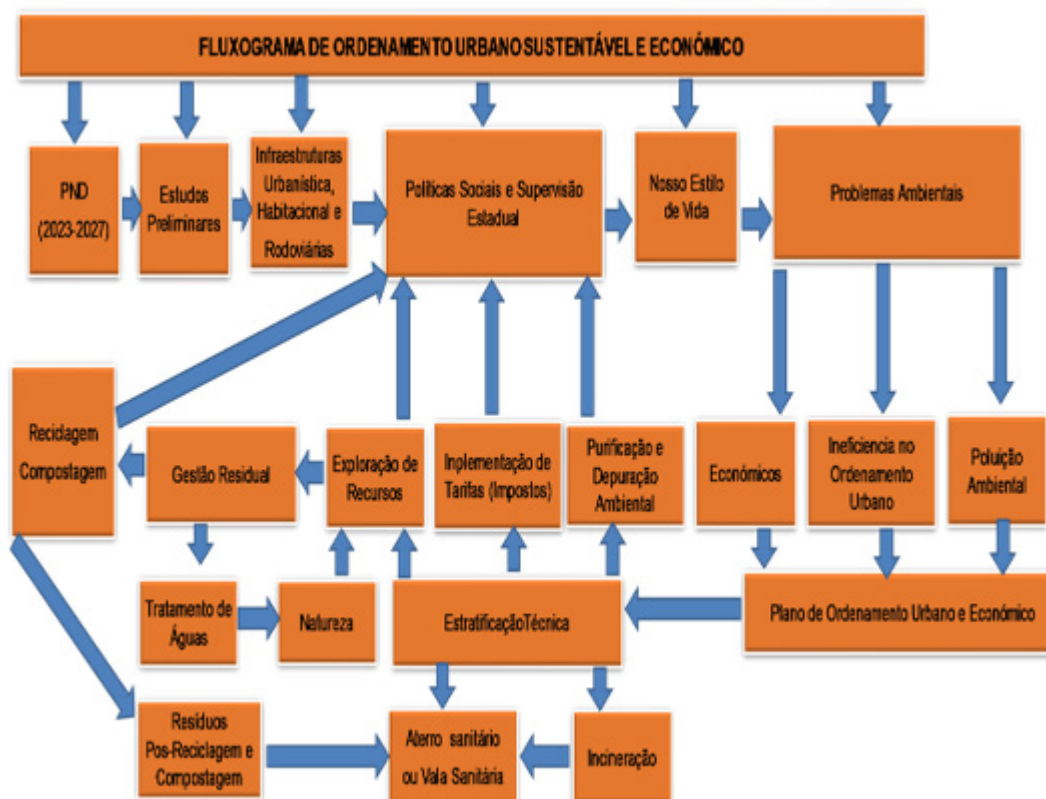


Figura 4.2-Fluxograma para Ordenamento Urbano Sustentável

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa permitiu obter uma percepção da situação sobre a Importunância do Ordenamento Urbano Sustentável e do fornecimento dum Saneamento Básico Eficiente as Populações Angolana para Melhorias Socioeconómicas, estética paisagístico das cidades e de saúde pública, bem como ilustrar os principais problemas do desordenamento urbano, influenciando de certo modo no incumprimentos na execução das políticas Sociais do Estado, no êxodos populacional na procura de melhores condições de vida, influenciado na falta de habitabilidade, empregabilidade, pobreza extrema e na construção desordenada, implicando na falta de saneamento e infraestruturas sociais. Portanto toma-se a consciência para formação de mão de obras especializada, na contratação de empresas locais para a execução das obras, na criação de condições favoráveis para a autoconstrução dirigidas, na garantia de residências com preços de renda adequado em função ao salário mínimo da função públicas para os indivíduos de baixa renda, e garantindo assim condições socioeconómicas e de empregabilidade a altura da população.

Por outro lado, as informações geradas a partir do diagnóstico do estudo, permitiram definir as melhores alternativas para um ordenamento urbano sustentável, do crescimento económico e recomendações o executivo para o cumprimento dos objectivos preconizados no PND 2023- 2027 de modo a melhoria das condições ambientais e socioeconómicas, e recomendou-se o seguinte:

Que se Implemente práticas que promovam a utilização racional dos recursos naturais e a proteção da flora e fauna;

Que se Implemente Políticas adequadas

para ordenamento urbano e do saneamento básico;

Que se Promova a integração de diferentes sectores, como transporte infraestruturas sociais, autoconstrução dirigidas para indivíduos de alta e média renda, e para os indivíduos de baixa rendas, que seja acessível em função ao salário mínimo nacional, garantindo assim um desenvolvimento urbano equilibrado e sustentável.

Que se Promova o desenvolvimento de novas indústrias e setores, como o turismo, a agricultura, a indústria de transformação e as tecnologias verdes, para reduzir a dependência do petróleo e promover o crescimento diversificado;

Que se crie oportunidades de emprego, especialmente para jovens e mulheres, promovendo a educação e a qualificação profissional, e apoiar a criação de pequenas e médias empresas;

Que se promova o melhoramento das vias de acesso das aldeias aos municípios e destes as capitais de províncias e do país, permitindo o escoamento das mercadorias para outras localidades;

Que se promova a recuperação e a reabilitação de áreas degradadas ou de ocupação ilegal, para promover o desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável;

Que se trabalhe para que haja um engajamento da sociedade civil, com esforços conjunto com o Estado, para Promover o acesso a serviços básicos;

Que se Promova o desenvolvimento de outras áreas urbanas, como as zonas de descompressão e as novas centralidades, para aliviar a pressão sobre a capital.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA. (30 de Novembro de 2009). Importância de Agenciamento dos Resíduos Hospitalares e seus aspectos positivos para o Meio Ambiente. Obtido em 14 de Junho de 2014, de [www.seer.ufu.br](http://www.seer.ufu.br)

Cruz, S. S. (12 de Junho de 2013). Avaliação de Impactos Ambientais. Cassenda, Luanda, Angola.

Decreto Presidencial. (225/23). 30 de Novembro, Diário da República nº: 227, I - Série Orgão Oficial da República de Angola, Plano Nacional de Desenvolvimento 2023 -2027, sobre Impactos socioeconómico sustentável.

Decreto Presidencial. (225/23). 30 de Novembro, Diário da República nº: 227, I - Série Orgão Oficial da República de Angola, Plano Nacional de Desenvolvimento, sobre Impactos Socioeconómicos e Sustentáveis.

FIA Business School. (02 de Setembro de 2024). Desenvolvimento Económico, importância e principais fatores. Brasil. Obtido em 20 de Maio de 2025, de <https://fia.com.br/blog/desenvolvimento-economico>

Guevara, A. J., Cesar, C., Abdala, L., & Kreski, S. (2019). Sustentabilidade, Água Potável e Saneamento. Programa de Pós-Graduação em Administração e Economia da Universidade Católica de São Paulo . São Paulo, Brasil. Obtido em 20 de Maio de 2025, de [https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/1-a-gua\\_potavel\\_saneamento.pdf](https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/1-a-gua_potavel_saneamento.pdf)

KELLER. (19 de Março de 2013). Apontamentos de Saúde Pública, Saúde Ambiental Centro Tecnológico Departamento de Engenharia Ambiental, Laboratório de Saneamento. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, Brasil.

Neto, B. (18 de Abril de 2013). Avaliação do Ciclo de Vida, da Pegada do Carbono e Ecológica. Apontamentos de Gestão Ambiental. Luanda, Angola.

Posdigital. (26 de Abril de 2023). Arquitectura Urbanística Sustentável. Brasil. Obtido em 19 de Maio de 2025, de <https://posdigital.pucpr.br/blog/urbanismo-sustentavel>  
Simões, T. S., Querós, M. A., & Simões, M. O. (1999). Técnica Laboratorial de Química Bloco III do Ensino Secundário. S/L, Portugal: Porto Editora.